



Brasília, 17 de novembro de 2025

Boletim de Serviço da Funai – 219 - p. 1

## SUMÁRIO

<b>CORREGEDORIA</b> .....	<b>1</b>
<b>COORDENAÇÃO REGIONAL DE MANAUS</b> .....	<b>2</b>
<b>COORDENAÇÃO REGIONAL DO NOROESTE DO MATO GROSSO</b> .....	<b>3</b>
<b>COORDENAÇÃO REGIONAL DO NOROESTE DE RORAIMA</b> .....	<b>13</b>

## CORREGEDORIA

### DESPACHO DECISÓRIO Nº 139/2025/CPROC/CORREG-FUNAI

Termo de Julgamento

Referência: Processo SEI nº: 08620.003326/2021-36

Interessados: Corregedoria do Funai Assunto: Julgamento de Processo Administrativo Disciplinar - PAD.

Considerando o que consta dos autos em epígrafe e tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, publicado no Diário Oficial da União nº 193, Seção 1, de 10 de outubro de 2022, e na Portaria nº 92/MPI, de 02 de abril de 2025, publicada no Diário Oficial da União nº 65, Seção 2, de 04 de abril de 2025, e no art. 2º, caput, inciso I, alínea "a", do Decreto nº 11.123, de 7 de julho de 2022, RESOLVO: a) acolher o Relatório Final (SEI nº 9017936) da Comissão de PAD designada para esta apuração correccional, o qual foi analisado quanto à conformidade e à regularidade de seus atos nos termos do Anexo Parecer de Apoio ao Julgamento - PAJ (SEI nº 9312324), aprovado pelo Despacho CProc/Correg (SEI nº 9345260); b) absolver o envolvido das imputações a ele atribuídas, no bojo do presente PAD, por inexistência de prova acerca do cometimento das infrações disciplinares; c) determinar o arquivamento dos autos, nos termos do art. 168, caput, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, após o que sejam providenciada a publicação deste Termo de Julgamento e restituídos os autos à Coordenação de Processamento Correccional - CProc, a fim de que se promovam os encaminhamentos devidos e as providências cabíveis no escopo de suas atribuições.

É o julgado.

**RUTENES LOPES FERNANDES**

Corregedor

Brasília - DF, 05 de novembro de 2025.

### DESPACHO DECISÓRIO Nº 141/2025/CPROC/CORREG-FUNAI

Termo de Julgamento

Referência: Processo SEI nº: 08620.010655/2018-38

Interessados: Corregedoria do Funai Assunto: Julgamento de Processo Administrativo Disciplinar - PAD.

Considerando o que consta dos autos em epígrafe e tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, publicado no Diário Oficial da União nº 193, Seção 1, de 10 de outubro de 2022, e na Portaria nº 92/MPI, de 02 de abril de 2025, publicada no Diário Oficial da União nº 65, Seção 2, de 04 de abril de 2025, e no art. 2º, caput, inciso I, alínea "a", do Decreto nº 11.123, de 7 de julho de 2022, RESOLVO: a) acatar o Anexo Parecer de Apoio ao Julgamento - PAJ (SEI nº 9276708), aprovado pelo Despacho CProc/Correg (SEI nº 9356752), tendo analisado o Relatório CONCLUSIVO (SEI nº 6136460) quanto à conformidade e à regularidade dos atos da Comissão de PAD designada para esta apuração correccional; b) declarar a nulidade do PAD nº 08620.010655/2018-38, em razão de vícios formais que violam os princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal; c) determinar o arquivamento dos autos, por perda da pretensão punitiva da Administração, nos termos do art. 168, caput, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, após o que sejam providenciada a publicação deste Termo de Julgamento e restituídos os autos à Coordenação de Processamento Correccional - CProc, a fim de que se promovam os encaminhamentos devidos e as providências cabíveis no escopo de suas atribuições.

É o julgado.

**RUTENES LOPES FERNANDES**

Corregedor

Brasília - DF, 05 de novembro de 2025.



Brasília, 17 de novembro de 2025

Boletim de Serviço da Funai – 219 - p. 2

**DESPACHO DECISÓRIO Nº 142/2025/CPROC/CORREG-FUNAI**

Termo de Julgamento

Referência: Processo SEI nº: 08620.003276/2020-14

Interessados: Corregedoria do Funai Assunto: Julgamento de Processo Administrativo Disciplinar - PAD.

Considerando o que consta dos autos em epígrafe e tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, publicado no Diário Oficial da União nº 193, Seção 1, de 10 de outubro de 2022, e na Portaria nº 92/MPI, de 02 de abril de 2025, publicada no Diário Oficial da União nº 65, Seção 2, de 04 de abril de 2025, e no art. 2º, caput, inciso I, alínea "a", do Decreto nº 11.123, de 7 de julho de 2022, RESOLVO: a) acolher o Relatório Final (SEI nº 7854827) da Comissão de PAD designada para esta apuração correccional, o qual foi analisado quanto à conformidade e à regularidade de seus atos nos termos do Anexo Parecer de Apoio ao Julgamento - PAJ (SEI nº 9321853), aprovado pelo Despacho CProc/Correg (SEI nº 9356755); b) absolver a envolvida das imputações a ela atribuídas, no bojo do presente PAD, por inexistência de prova acerca do cometimento das infrações disciplinares; c) determinar o arquivamento dos autos, nos termos do art. 168, caput, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, após o que sejam providenciada a publicação deste Termo de Julgamento e restituídos os autos à Coordenação de Processamento Correccional, a fim de que se promovam os encaminhamentos devidos e as providências cabíveis no escopo de suas atribuições.

É o julgado.

**RUTENES LOPES FERNANDES**

Corregedor

Brasília - DF, 05 de novembro de 2025.

**DESPACHO DECISÓRIO Nº 144/2025/CPROC/CORREG-FUNAI**

Termo de Julgamento

Referência: Processo SEI nº: 08620.001511/2024-39

Interessados: Corregedoria do Funai

Assunto: Julgamento de Processo Administrativo Disciplinar - PAD. Falta de justa causa. Absolvição. Arquivamento.

Considerando o que consta dos autos em epígrafe e tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, publicado no Diário Oficial da União nº 193, Seção 1, de 10 de outubro de 2022, e na Portaria nº 92/MPI, de 02 de abril de 2025, publicada no Diário Oficial da União nº 65, Seção 2, de 04 de abril de 2025, e no art. 2º, caput, inciso I, alínea "a", do Decreto nº 11.123, de 7 de julho de 2022, RESOLVO: a) acolher o Relatório Final (SEI nº 8911394) da Comissão de PAD designada para esta apuração correccional, o qual foi analisado quanto à conformidade e à regularidade de seus atos nos termos do Anexo Parecer de Apoio ao Julgamento - PAJ (SEI nº 9283000), aprovado pelo Despacho CProc/Correg (SEI nº 9356761); b) absolver a envolvida das imputações a ela atribuídas, no bojo do presente PAD, por falta de justa causa para responsabilização; c) determinar o arquivamento dos autos, nos termos do art. 168, caput, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, após o que sejam providenciada a publicação deste Termo de Julgamento e restituídos os autos à Coordenação de Processamento Correccional - CProc/Correg, a fim de que se promovam os encaminhamentos devidos e as providências cabíveis no escopo de suas atribuições.

É o julgado.

**RUTENES LOPES FERNANDES**

Corregedor

Brasília - DF, 05 de novembro de 2025.

**COORDENAÇÃO REGIONAL DE MANAUS**

**PORTARIA CR-MAO/FUNAI Nº 41, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2025**

O SUBSTITUTO DO COORDENADOR REGIONAL DA COORDENAÇÃO REGIONAL DE DE MANAUS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS, designado pela Portaria de Pessoal Funai nº 182/2024, de 01 de maio de 2024, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 666/PRES, de 17 de julho de 2017, e a Portaria nº 1.119, de 2 de outubro de 2020, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996, no Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018, e na Instrução Normativa Funai nº 32, de 21 de fevereiro de 2024, resolve:



# BOLETIM DE SERVIÇO

## Fundação Nacional dos Povos Indígenas

Desenho Kadiwéu - MS

Brasília, 17 de novembro de 2025

Boletim de Serviço da Funai – 219 - p. 3

Art. 1º Autorizar o servidor IDELFONSO DE SOUZA CAVALCANTE, matrícula Siape 0445201, CPF \*\*\*.284.602-\*\*, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 2235805514, categoria "B", com validade até 27/01/2027, a dirigir veículos oficiais que compõem a frota veicular da Coordenação Regional de Manaus, no interesse do serviço e no exercício das atribuições do seu cargo e em conformidade com a categoria de sua habilitação.

Art. 2º Caberá ao servidor autorizado observar e cumprir o disposto na Instrução Normativa Funai nº 32, de 21 de fevereiro de 2024, e suas alterações, sob pena de responsabilização.

Art. 3º Esta portaria possui validade de 1 (um) ano, a contar da data de sua publicação.

**FÁBIO CARDOSO BATISTA**  
Coordenador Regional Substituto

### PORTARIA CR-MAO/FUNAI Nº 43, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025

O SUBSTITUTO DO COORDENADOR REGIONAL DA COORDENAÇÃO REGIONAL DE DE MANAUS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS, designado pela Portaria de Pessoal Funai nº 182/2024, de 01 de maio de 2024, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 666 PRES/Funai, de 17 de julho de 2017, e a Portaria nº 1.119/PRES/Funai, de 2 de outubro de 2020 e, tendo em vista o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º ALTERAR a composição da equipe de que trata a PORTARIA CR-MAO/FUNAI Nº 8, DE 15 DE JUNHO DE 2023, publicada no Boletim de Serviço da Funai nº 138 de 21/07/2023, constituída para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 95/2020, celebrado entre a Coordenação Regional de Manaus - FUNAI e a empresa DF TURISMO E EVENTOS LTDA, CNPJ/MF nº 07.832.586/0001-08, de modo a DESTITUIR a servidora ELVIRA SILVA SANTOS COSTA do encargo de GESTOR(A) SUBSTITUTO(A), e DESIGNAR, em seu lugar, o servidor FÁBIO CARDOSO BATISTA, CPF 773.364.532-87, bem como DESTITUIR o servidor DANIEL TAVARES DOS SANTOS do encargo de FISCAL ADMINISTRATIVO SUBSTITUTO e DESIGNAR, em seu lugar, a servidora HÉLEN ESTHER FORASTEIRO DOS REIS, CPF 642.719.782-72.

Art. 2º A referida equipe passa a vigorar com a seguinte composição:

FUNÇÃO	NOME	CPF	LOTAÇÃO
Gestor(a)	MARCOS VIEIRA DA SILVA	701.253.846-53	CR-MAO
Gestor(a) Substituto(a)	FÁBIO CARDOSO BATISTA	773.364.532-87	CR-MAO
Fiscal Administrativo(a)	LEANDRO BEZERRA REIS	809.367.762-34	CR-MAO
Fiscal Administrativo(a) Substituto(a)	HÉLEN ESTHER FORASTEIRO DOS REIS	642.719.782-72	CR-MAO

Art. 2º Para efeito desta Portaria, considera-se:

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação tendo em vista se tratar de contrato vigente e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

**FÁBIO CARDOSO BATISTA**  
Coordenador Regional Substituto

### COORDENAÇÃO REGIONAL DO NOROESTE DO MATO GROSSO

### PORTARIA N.º 7/CR-NOMT/FUNAI, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

O COORDENADOR DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO NOROESTE DO MATO GROSSO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS, nomeado pela Portaria de Pessoal SE/MPI N.º 250, de 01 de setembro de 2025, no uso das atribuições que lhe conferem a Decreto n.º 11.226, de 7 de outubro de 2022, e tendo em vista o disposto no artigo 21, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 05, de 26 de maio de 2017. Resolve:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo relacionados para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato n.º 248/2021 (SEI! nº 3375420) celebrada com a empresa LG ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ n.º 05.427.994/0001-40, cujo objetivo é a



Brasília, 17 de novembro de 2025

Boletim de Serviço da Funai – 219 - p. 4

contratação de serviços continuados de limpeza, higienização, asseio e conservação predial, com fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários para a prestação dos serviços, em atendimento as necessidades da Coordenação Regional do Noroeste do Mato Grosso e Unidades Técnicas Locais:

FUNÇÃO	NOME	CPF	Matrícula
Gestor	FRANCISCO ANDRÉ SAMPAIO	807.000.633-15	1706678
Gestor Substituto	EMILY NAITIANY CHAGAS CASTILHO	057.043.941-83	3355481
Fiscal Administrativo	CONSUELO TAMIRIS SELVA	531.685.692-91	1954327
Fiscal Administrativo Substituto	FRANCISCO ANDRÉ SAMPAIO	807.000.633-15	1706678
Fiscal Setorial	NICOLAU MORIMÃ NETO	340.322.311-68	2323796
Fiscal Setorial	MAURO CINTA LARGA	642.405.842-72	3358067
Fiscal Setorial	VICTORIA EMI BARREM CORREA	016.638.681-23	3487704

Art. 2.º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

II - Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização de que trata o inciso V deste artigo;

III - Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; e

IV - Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.

Art. 3.º Caberá ao gestor e aos fiscais observarem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa MP n.º 05/2017.

Art. 4.º A equipe de fiscalização deverá juntar aos autos do processo de contratação o Mapa de Risco atualizado sempre após eventos relevantes, entendidos estes como incidentes ou ocorrências que impactem na adequada execução contratual ou na implementação de seus objetivos, tais como, prorrogação contratual e reequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 5.º As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

Art. 6.º Além do disposto no art. 3.º, os servidores designados deverão:

I - Manter o Processo de Acompanhamento Contratual atualizado e instruído com documentos comprobatórios da execução do objeto, anexando todas as ocorrências e notificações à Contratada;

II - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;

III - Comunicar nos autos do processo de contratação devidamente acompanhado de documentação probatória, a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do Contrato/Ata que podem resultar em sanções administrativas e/ou rescisão contratual;

IV - Manifestar-se quanto à vantajosidade do Contrato/Ata;

V - Acompanhar e controlar o(s) saldo(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) de modo a evitar que o objeto do Contrato/Ata seja cumprido sem a devida cobertura orçamentária e, ainda, solicitar o reforço dos empenhos ou a anulação parcial, caso necessário; e

VI - Reavaliar constantemente a execução do objeto do Contrato/Ata, propondo medidas com vistas à redução de gastos, bem como outras para melhoria e racionalização dos serviços, submetendo ao responsável pela Unidade Demandante.

Art. 7.º Revogar a Portaria n.º 6/CR-NOMT/FUNAI, de 08 de agosto de 2024 (SEI! n.º 7167041).

Art. 8.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO MANHUARI MUNDURUKU**  
Coordenador Regional



Brasília, 17 de novembro de 2025

Boletim de Serviço da Funai – 219 - p. 5

## PORTARIA N.º 9/CR-NOMT/FUNAI, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025

O COORDENADOR DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO NOROESTE DO MATO GROSSO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS, nomeado pela Portaria de Pessoal SE/MPI N.º 250, de 01 de setembro de 2025, no uso das atribuições que lhe conferem a Decreto n.º 11.226, de 7 de outubro de 2022, e tendo em vista o disposto no artigo 21, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 05, de 26 de maio de 2017. Resolve:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo relacionados para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no contrato n.º 323/2020 (SEI! n.º 2571464), celebrado com a empresa FACHINELI COMUNICAÇÃO LTDA - ME, CNPJ n.º 08.804.362/0001-47, cujo objetivo é a contratação de empresa especializada no fornecimento de link dedicado de 50 Mbps através de fibra óptica, compreendendo o fornecimento de mão de obra e todo o material necessário e adequado à execução dos serviços, sob regime de execução indireta, em atendimento as necessidades da sede administrativa da Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso:

FUNÇÃO	NOME	CPF	Matrícula
Gestor	FRANCISCO ANDRÉ SAMPAIO	807.000.633-15	1706678
Gestor Substituto	EMILY NAITIANY CHAGAS CASTILHO	057.043.941-83	3355481

Art. 2.º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

II - Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização de que trata o inciso V deste artigo;

III - Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; e

IV - Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.

Art. 3.º Caberá ao gestor e aos fiscais observarem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa MP n.º 05/2017.

Art. 4.º A equipe de fiscalização deverá juntar aos autos do processo de contratação o Mapa de Risco atualizado sempre após eventos relevantes, entendidos estes como incidentes ou ocorrências que impactem na adequada execução contratual ou na implementação de seus objetivos, tais como, prorrogação contratual e reequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 5.º As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

Art. 6.º Além do disposto no art. 3º, os servidores designados deverão:

I - Manter o Processo de Acompanhamento Contratual atualizado e instruído com documentos comprobatórios da execução do objeto, anexando todas as ocorrências e notificações à Contratada;

II - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;

III - Comunicar nos autos do processo de contratação devidamente acompanhado de documentação probatória, a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do Contrato/Ata que podem resultar em sanções administrativas e/ou rescisão contratual;

IV - Manifestar-se quanto à vantajosidade do Contrato/Ata;

V - Acompanhar e controlar o(s) saldo(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) de modo a evitar que o objeto do Contrato/Ata seja cumprido sem a devida cobertura orçamentária e, ainda, solicitar o reforço dos empenhos ou a anulação parcial, caso necessário; e





Brasília, 17 de novembro de 2025

Boletim de Serviço da Funai – 219 - p. 6

VI - Reavaliar constantemente a execução do objeto do Contrato/Ata, propondo medidas com vistas à redução de gastos, bem como outras para melhoria e racionalização dos serviços, submetendo ao responsável pela Unidade Demandante.

Art. 7.º Revogar a Portaria n.º 12/CR-NOMT/FUNAI, de 18 de outubro de 2024 (SEI! n.º 7617057).

Art. 8.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO MANHUARI MUNDURUKU**  
Coordenador Regional

**PORTARIA N.º 12/CR-NOMT/FUNAI, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025**

O COORDENADOR DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO NOROESTE DO MATO GROSSO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS, nomeado pela Portaria de Pessoal SE/MPI N.º 250, de 01 de setembro de 2025, no uso das atribuições que lhe conferem a Decreto n.º 11.226, de 7 de outubro de 2022, e tendo em vista o disposto no artigo 21, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 05, de 26 de maio de 2017. Resolve:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo relacionados para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no contrato n.º 334/2021 (SEI! n.º 3559485), celebrado com a empresa MENDEX NETWORKS TELECOMUNICAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ n.º 08.219.232/0001-47, cujo objetivo é a contratação de empresa especializada nos serviços de fornecimento de link de acesso dedicado de internet banda larga, preferencialmente via fibra óptica, com velocidade de 20 Mbps de Download e no mínimo 3 Mbps de Upload, com disponibilidade do serviço 24 horas por dia e 7 dias da semana, sem franquia ou limite de tráfego, incluindo o fornecimento dos materiais (central e roteador), instalação, configuração e manutenção em atendimento as Unidades Técnicas Locais vinculadas a Coordenação Regional do Noroeste do Mato Grosso:

FUNÇÃO	NOME	CPF	Matrícula
Gestor	EMILY NAITIANY CHAGAS CASTILHO	057.043.941-83	3355481
Gestor Substituto	FRANCISCO ANDRÉ SAMPAIO	807.000.633-15	1706678

Art. 2.º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

II - Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização de que trata o inciso V deste artigo;

III - Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; e

IV - Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.

Art. 3.º Caberá ao gestor e aos fiscais observarem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa MP n.º 05/2017.

Art. 4.º A equipe de fiscalização deverá juntar aos autos do processo de contratação o Mapa de Risco atualizado sempre após eventos relevantes, entendidos estes como incidentes ou ocorrências que impactem na adequada execução contratual ou na implementação de seus objetivos, tais como, prorrogação contratual e reequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 5.º As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

Art. 6.º Além do disposto no art. 3.º, os servidores designados deverão:



Brasília, 17 de novembro de 2025

Boletim de Serviço da Funai – 219 - p. 7

I - Manter o Processo de Acompanhamento Contratual atualizado e instruído com documentos comprobatórios da execução do objeto, anexando todas as ocorrências e notificações à Contratada;

II - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;

III - Comunicar nos autos do processo de contratação devidamente acompanhado de documentação probatória, a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do Contrato/Ata que podem resultar em sanções administrativas e/ou rescisão contratual;

IV - Manifestar-se quanto à vantajosidade do Contrato/Ata;

V - Acompanhar e controlar o(s) saldo(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) de modo a evitar que o objeto do Contrato/Ata seja cumprido sem a devida cobertura orçamentária e, ainda, solicitar o reforço dos empenhos ou a anulação parcial, caso necessário; e

VI - Reavaliar constantemente a execução do objeto do Contrato/Ata, propondo medidas com vistas à redução de gastos, bem como outras para melhoria e racionalização dos serviços, submetendo ao responsável pela Unidade Demandante.

Art. 7.º Revogar a Portaria n.º 12/CR-NOMT/FUNAI, de 18 de outubro de 2024 (SEI! n.º 7617057).

Art. 8.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO MANHUARI MUNDURUKU**  
Coordenador Regional

## PORTARIA N.º 15/CR-NOMT/FUNAI, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

O COORDENADOR DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO NOROESTE DO MATO GROSSO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS, nomeado pela Portaria de Pessoal SE/MPI N.º 250, de 01 de setembro de 2025, no uso das atribuições que lhe conferem a Decreto n.º 11.226, de 7 de outubro de 2022, e tendo em vista o disposto no artigo 21, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 05, de 26 de maio de 2017. Resolve:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo relacionados para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato n.º 199/2020, celebrado entre a Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso e a empresa BIAVA PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ n.º 54.954.975/0001-88, cujo objeto é a locação de imóvel situado na Avenida JK, Quadra 06, Lote G, N.º 850-E, Setor de Serviço, Juína - MT, para abrigar as instalações da Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso:

FUNÇÃO	NOME	CPF	Matrícula
Gestor	MARCELO RAMOS CORDEIRO	036.669.601-70	3405093
Gestor Substituto	FRANCISCO ANDRÉ SAMPAIO	807.000.633-15	1706678

Art. 2.º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

II - Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização de que trata o inciso V deste artigo;

III - Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; e

IV - Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.



Brasília, 17 de novembro de 2025

Boletim de Serviço da Funai – 219 - p. 8

Art. 3.º Caberá ao gestor e aos fiscais observarem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa MP n.º 05/2017.

Art. 4.º A equipe de fiscalização deverá juntar aos autos do processo de contratação o Mapa de Risco atualizado sempre após eventos relevantes, entendidos estes como incidentes ou ocorrências que impactem na adequada execução contratual ou na implementação de seus objetivos, tais como, prorrogação contratual e reequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 5.º As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

Art. 6.º Além do disposto no art. 3.º, os servidores designados deverão:

I - Manter o Processo de Acompanhamento Contratual atualizado e instruído com documentos comprobatórios da execução do objeto, anexando todas as ocorrências e notificações à Contratada;

II - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;

III - Comunicar nos autos do processo de contratação devidamente acompanhado de documentação probatória, a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do Contrato/Ata que podem resultar em sanções administrativas e/ou rescisão contratual;

IV - Manifestar-se quanto à vantajosidade do Contrato/Ata;

V - Acompanhar e controlar o(s) saldo(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) de modo a evitar que o objeto do Contrato/Ata seja cumprido sem a devida cobertura orçamentária e, ainda, solicitar o reforço dos empenhos ou a anulação parcial, caso necessário; e

VI - Reavaliar constantemente a execução do objeto do Contrato/Ata, propondo medidas com vistas à redução de gastos, bem como outras para melhoria e racionalização dos serviços, submetendo ao responsável pela Unidade Demandante.

Art. 7.º Revogar a Portaria n.º 14/CR-NOMT/FUNAI, de 14 de fevereiro de 2025 (SEI! n.º 8256310).

Art. 8.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO MANHUARI MUNDURUKU**

Coordenador Regional

## PORTARIA N.º 18/CR-NOMT/FUNAI, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

O COORDENADOR DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO NOROESTE DO MATO GROSSO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS, nomeado pela Portaria de Pessoal SE/MPI N.º 250, de 01 de setembro de 2025, no uso das atribuições que lhe conferem a Decreto n.º 11.226, de 7 de outubro de 2022, e tendo em vista o disposto no artigo 21, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 05, de 26 de maio de 2017. Resolve:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo relacionados para gerenciarem, acompanharem e fiscalizarem a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato n.º 274/2023 (SEI! n.º 5715283) celebrado com a empresa LG ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ n.º 05.427.994/0001-40, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados por meio das funções Auxiliar Operacional Administrativo e Motorista de veículos pesados, em atendimento às demandas administrativas da Coordenação Regional do Noroeste do Mato Grosso e das Unidades Técnicas Locais:

FUNÇÃO	NOME	CPF	Matrícula
Gestor	FRANCISCO ANDRÉ SAMPAIO	807.000.633-15	1706678
Gestor Substituto	EMILY NAITIANY CHAGAS CASTILHO	057.043.941-83	3355481
Fiscal Administrativo	ALINE ROCHA SOUZA	088.956.067-60	3486606
Fiscal Administrativo Substituto	FRANCISCO ANDRÉ SAMPAIO	807.000.633-15	1706678
Fiscal Setorial	IANA TERESA MOURA GOMES	004.894.153-00	7447657
Fiscal Setorial	NICOLAU MORIMÃ NETO	340-322-311-68	2323796
Fiscal Setorial	MAURO CINTA LARGA	642.405.842-72	3358067
Fiscal Setorial	VICTORIA EMI BARREM CORREA	016.638.681-23	3487704

Art. 2.º Para efeito desta Portaria, considera-se:





Brasília, 17 de novembro de 2025

Boletim de Serviço da Funai – 219 - p. 9

I - Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

II - Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização de que trata o inciso V deste artigo;

III - Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; e

IV - Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.

Art. 3.º Caberá ao gestor e aos fiscais observarem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa MP n.º 05/2017.

Art. 4.º A equipe de fiscalização deverá juntar aos autos do processo de contratação o Mapa de Risco atualizado sempre após eventos relevantes, entendidos estes como incidentes ou ocorrências que impactem na adequada execução contratual ou na implementação de seus objetivos, tais como, prorrogação contratual e reequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 5.º As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

Art. 6.º Além do disposto no art. 3.º, os servidores designados deverão:

I - Manter o Processo de Acompanhamento Contratual atualizado e instruído com documentos comprobatórios da execução do objeto, anexando todas as ocorrências e notificações à Contratada;

II - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;

III - Comunicar nos autos do processo de contratação devidamente acompanhado de documentação probatória, a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do Contrato/Ata que podem resultar em sanções administrativas e/ou rescisão contratual;

IV - Manifestar-se quanto à vantajosidade do Contrato/Ata;

V - Acompanhar e controlar o(s) saldo(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) de modo a evitar que o objeto do Contrato/Ata seja cumprido sem a devida cobertura orçamentária e, ainda, solicitar o reforço dos empenhos ou a anulação parcial, caso necessário; e

VI - Reavaliar constantemente a execução do objeto do Contrato/Ata, propondo medidas com vistas à redução de gastos, bem como outras para melhoria e racionalização dos serviços, submetendo ao responsável pela Unidade Demandante.

Art. 7.º Revogar a Portaria n.º 05/CR-NOMT/Funai, de 06 de agosto de 2024

Art. 8.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO MANHUARI MUNDURUKU**  
Coordenador Regional

## **PORTARIA N.º 19/CR-NOMT/FUNAI, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025**

O COORDENADOR DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO NOROESTE DO MATO GROSSO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS, nomeado pela Portaria de Pessoal SE/MPI N.º 250, de 01 de setembro de 2025, no uso das atribuições que lhe conferem a Decreto n.º 11.226, de 7 de outubro de 2022, e tendo em vista o disposto no artigo 21, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 05, de 26 de maio de 2017. Resolve:



Brasília, 17 de novembro de 2025

Boletim de Serviço da Funai – 219 - p. 10

Art. 1.º Designar os servidores abaixo relacionados para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato n.º 100/2024 (SEI! n.º 6748981) celebrada com a empresa N F M SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ n.º 12.209.450/0001-78, cujo objetivo é a contratação de empresa especializada para execução dos serviços continuados de manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva, por demanda, com o fornecimento de mão de obra qualificada, insumos, ferramentas e equipamentos, com maior percentual de desconto sobre a Tabela SINAPI (Não desonerada):

FUNÇÃO	NOME	CPF	Matrícula
Gestor	FRANCISCO ANDRÉ SAMPAIO	807.000.633-15	1706678
Gestor Substituto	JOÃO FELIPE MAGALHÃES ROCHA	042.730.342-71	3487636
Fiscal Administrativo	EMILY NAITIANY CHAGAS CASTILHO	057.043.941-83	3355481
Fiscal Administrativo Substituto	FRANCISCO ANDRÉ SAMPAIO	807.000.633-15	1706678

Art. 2.º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

II - Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização de que trata o inciso V deste artigo;

III - Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; e

IV - Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.

Art. 3.º Caberá ao gestor e aos fiscais observarem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa MP n.º 05/2017.

Art. 4.º A equipe de fiscalização deverá juntar aos autos do processo de contratação o Mapa de Risco atualizado sempre após eventos relevantes, entendidos estes como incidentes ou ocorrências que impactem na adequada execução contratual ou na implementação de seus objetivos, tais como, prorrogação contratual e reequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 5.º As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

Art. 6.º Além do disposto no art. 3º, os servidores designados deverão:

I - Manter o Processo de Acompanhamento Contratual atualizado e instruído com documentos comprobatórios da execução do objeto, anexando todas as ocorrências e notificações à Contratada;

II - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;

III - Comunicar nos autos do processo de contratação devidamente acompanhado de documentação probatória, a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do Contrato/Ata que podem resultar em sanções administrativas e/ou rescisão contratual;

IV - Manifestar-se quanto à vantajosidade do Contrato/Ata;

V - Acompanhar e controlar o(s) saldo(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) de modo a evitar que o objeto do Contrato/Ata seja cumprido sem a devida cobertura orçamentária e, ainda, solicitar o reforço dos empenhos ou a anulação parcial, caso necessário; e

VI - Reavaliar constantemente a execução do objeto do Contrato/Ata, propondo medidas com vistas à redução de gastos, bem como outras para melhoria e racionalização dos serviços, submetendo ao responsável pela Unidade Demandante.

Art. 7.º Revogar a Portaria n.º 13/CR-NOMT/FUNAI, de 10 de setembro de 2024 (SEI! n.º 8242236).

Art. 8.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO MANHUARI MUNDURUKU**  
Coordenador Regional



Brasília, 17 de novembro de 2025

Boletim de Serviço da Funai – 219 - p. 11

## PORTARIA 21/CR-NOMT/FUNAI, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

AO COORDENADOR DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO NOROESTE DO MATO GROSSO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS, nomeado pela Portaria de Pessoal SE/MPI N.º 250, de 01 de setembro de 2025, no uso das atribuições que lhe conferem a Decreto n.º 11.226, de 7 de outubro de 2022, e tendo em vista o disposto no artigo 21, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 05, de 26 de maio de 2017. Resolve:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo relacionados para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato 75 (SEI n.º 2966986) celebrada com a empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ n.º 05.340.639/0001-30, cujo objetivo é a contratação de empresa prestadora dos serviços de Administração e Gerenciamento de Frota para intermediação do fornecimento de combustíveis e lubrificantes em rede credenciada de postos distribuída nos municípios do estado do Mato Grosso, por meio da disponibilização de sistema informatizado e integrado via internet para registro e acompanhamento de todas as etapas da execução dos serviços, em atendimento as necessidades da Coordenação Regional do Noroeste do Mato Grosso e Unidades Técnicas Locais:

FUNÇÃO	NOME	CPF	Matrícula
Gestor	EMILY NAITIANY CHAGAS CASTILHO	057.043.941-83	3405093
Gestor Substituto	JOÃO FELIPE MAGALHÃES ROCHA	042.730.342-71	3487636
Fiscal Administrativo	FRANCISCO ANDRÉ SAMPAIO	807.000.633-15	1706678
Fiscal Administrativo Substituto	ALINE ROCHA SOUZA	088.956.067-60	3486606
Fiscal Setorial	IANA TERESA MOURA GOMES	004.894.153-00	1850828
Fiscal Setorial	FRANCISCO DAS CHAGAS CAVALCANTE	322.352.753-20	7447657
Fiscal Setorial	NICOLAU MORIMÃ NETO	340.322.311-68	2323796
Fiscal Setorial	VICTORIA EMI BARREM CORREA	016.638.681-23	3487704

Art. 2.º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

II - Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização de que trata o inciso V deste artigo;

III - Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; e

IV - Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.

Art. 3.º Caberá ao gestor e aos fiscais observarem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa MP n.º 05/2017.

Art. 4.º A equipe de fiscalização deverá juntar aos autos do processo de contratação o Mapa de Risco atualizado sempre após eventos relevantes, entendidos estes como incidentes ou ocorrências que impactem na adequada execução contratual ou na implementação de seus objetivos, tais como, prorrogação contratual e reequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 5.º As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

Art. 6.º Além do disposto no art. 3º, os servidores designados deverão:

I - Manter o Processo de Acompanhamento Contratual atualizado e instruído com documentos comprobatórios da execução do objeto, anexando todas as ocorrências e notificações à Contratada;

II - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;



Brasília, 17 de novembro de 2025

Boletim de Serviço da Funai – 219 - p. 12

III - Comunicar nos autos do processo de contratação devidamente acompanhado de documentação probatória, a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do Contrato/Ata que podem resultar em sanções administrativas e/ou rescisão contratual;

IV - Manifestar-se quanto à vantajosidade do Contrato/Ata;

V - Acompanhar e controlar o(s) saldo(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) de modo a evitar que o objeto do Contrato/Ata seja cumprido sem a devida cobertura orçamentária e, ainda, solicitar o reforço dos empenhos ou a anulação parcial, caso necessário; e

VI - Reavaliar constantemente a execução do objeto do Contrato/Ata, propondo medidas com vistas à redução de gastos, bem como outras para melhoria e racionalização dos serviços, submetendo ao responsável pela Unidade Demandante.

Art. 7.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO MANHUARI MUNDURUKU**  
Coordenador Regional

## PORTARIA N.º 22/CR-NOMT/FUNAI, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

O COORDENADOR DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO NOROESTE DO MATO GROSSO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS, nomeado pela Portaria de Pessoal SE/MPI N.º 250, de 01 de setembro de 2025, no uso das atribuições que lhe conferem a Decreto n.º 11.226, de 7 de outubro de 2022, e tendo em vista o disposto no artigo 21, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 05, de 26 de maio de 2017. Resolve:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo relacionados para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no contrato n.º 276/2025 (SEI! n.º 9001328), celebrado com a empresa VALOR GESTÃO E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS, inscrita no CNPJ n.º 51.679.014/0001-14, cujo objetivo é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento de frota para intermediação de manutenção preventiva, corretiva e preventiva da frota institucional, por meio de sistema informatizado e integrado via internet para registro e acompanhamento de todas as etapas da execução dos serviços, em atendimento às necessidades da Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso e Coordenações Técnicas Locais jurisdicionadas:

FUNÇÃO	NOME	CPF	Matrícula
Gestor	FRANCISCO ANDRÉ SAMPAIO	807.000.633-15	1706678
Gestor Substituto	JOÃO FELIPE MAGALHÃES ROCHA	042.730.342-71	3487636
Fiscal Administrativo	EMILY NAITIANY CHAGAS CASTILHO	057.043.941-83	3355481
Fiscal Administrativo Substituto	ALINE ROCHA SOUZA	088.956.067-60	3486606

Art. 2.º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

II - Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização de que trata o inciso V deste artigo;

III - Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; e

IV - Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.



Brasília, 17 de novembro de 2025

Boletim de Serviço da Funai – 219 - p. 13

Art. 3.º Caberá ao gestor e aos fiscais observarem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa MP n.º 05/2017.

Art. 4.º A equipe de fiscalização deverá juntar aos autos do processo de contratação o Mapa de Risco atualizado sempre após eventos relevantes, entendidos estes como incidentes ou ocorrências que impactem na adequada execução contratual ou na implementação de seus objetivos, tais como, prorrogação contratual e reequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 5.º As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

Art. 6.º Além do disposto no art. 3.º, os servidores designados deverão:

I - Manter o Processo de Acompanhamento Contratual atualizado e instruído com documentos comprobatórios da execução do objeto, anexando todas as ocorrências e notificações à Contratada;

II - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;

III - Comunicar nos autos do processo de contratação devidamente acompanhado de documentação probatória, a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do Contrato/Ata que podem resultar em sanções administrativas e/ou rescisão contratual;

IV - Manifestar-se quanto à vantajosidade do Contrato/Ata;

V - Acompanhar e controlar o(s) saldo(s) da(s) Nota(s) de Empenho(s) de modo a evitar que o objeto do Contrato/Ata seja cumprido sem a devida cobertura orçamentária e, ainda, solicitar o reforço dos empenhos ou a anulação parcial, caso necessário; e

VI - Reavaliar constantemente a execução do objeto do Contrato/Ata, propondo medidas com vistas à redução de gastos, bem como outras para melhoria e racionalização dos serviços, submetendo ao responsável pela Unidade Demandante.

Art. 7.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO MANHUARI MUNDURUKU**  
Coordenador Regional

---

**COORDENAÇÃO REGIONAL DO NOROESTE DE RORAIMA**

---

**PORTARIA CR-RR/FUNAI N° 08, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025**

---

A COORDENADORA DA COORDENAÇÃO REGIONAL DE RORAIMA, DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS, nomeada pela Portaria de Pessoal/MPI n° 67, de 23 de fevereiro de 2023, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria n° 666/PRES, de 17 de julho de 2017, e a Portaria n° 1.119, de 2 de outubro de 2020, e tendo em vista o disposto na Lei n° 9.327, de 9 de dezembro de 1996, no Decreto n° 9.287, de 15 de fevereiro de 2018, e na Instrução Normativa n° 3, de 8 de fevereiro de 2021, resolve:

Art. 1º Autorizar a servidora INAYÊ ULIANA PEREZ, matrícula Siape 1917665, CPF 331.253.618-93, portadora da Carteira Nacional de Habilitação n° 03345343586, categoria AD, com validade até 29/11/2033, a dirigir veículos oficiais que compõem a frota veicular da Coordenação Regional de Roraima desta Fundação na qual está lotada, no interesse do serviço e no exercício das atribuições do seu cargo e em conformidade com a categoria de sua habilitação.

Art. 2º Caberá à servidora autorizada observar e cumprir o disposto na Instrução Normativa n° 3, de 8 de fevereiro de 2021, e suas alterações, sob pena de responsabilização.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARIZETE DE SOUZA**  
Coordenadora Regional